

CORREIO GRANDE SP

Divulgação/Câmara de São Caetano do Sul



Parlamentar diz que iniciativa é para preservar a história

Bruna Biondi (PSOL) propõe Museu em São Caetano

A vereadora Bruna Biondi (PSOL) protocolou um projeto de lei que propõe a criação do Museu Chico Mendes em São Caetano do Sul. O espaço deverá ser instalado nas dependências do Espaço Verde Chico Mendes, reforçando a conexão do local com a memória do ambientalista que dá nome ao parque. Na justificativa da proposta, a parlamentar destaca que a iniciativa é fundamental para preservar a história e o legado de uma das personalidades mais importantes da luta em defesa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. “Chico Mendes foi um dos fundadores do Conselho Nacional dos Seringueiros e responsável pela criação das Reservas Extrativistas, áreas protegidas destinadas ao uso sustentável”

Caberá ao Museu a preservação

Bruna Biondi também ressaltou que a trajetória de Chico Mendes é reconhecida nacional e internacionalmente por governos, entidades e especialistas, em razão de sua atuação em defesa da Amazônia e dos direitos dos povos da floresta. Conforme o projeto, caberá ao Museu Chico Mendes a preservação do patrimônio histórico e da memória dos defensores do meio ambiente, além da promoção de exposições culturais e ciclos de palestras.

Divulgação/Câmara Municipal de Osasco



Vereadores usaram a Tribuna para falar de seus projetos

Osasco: ações contra o feminicídio

O combate ao feminicídio voltou a ser discutido na Tribuna, durante a 2ª Sessão Ordinária de 2026, realizada na tarde desta quinta-feira (5). Aproveitando o espaço para falar de seus projetos e ações, os vereadores se manifestaram sobre diferentes temas de interesse da população. Heber do JuntOz (PT) foi o primeiro a usar a tribuna e falou sobre a importância de os políticos deixarem ideologias de lado e trabalharem em uníssono pelo bem da população. O parlamentar abordou o assunto ao citar uma pesquisa do ICL – Instituto Conhecimento Liberta.

Políticas de proteção às mulheres

Pesquisa apontou que a maioria da população brasileira não acredita nos políticos porque, segundo o levantamento, há sempre promessas não cumpridas, independentemente do partido. Elsa Oliveira (Podemos) abriu o debate sobre feminicídio, afirmando que o Estado falha em suas políticas de proteção às mulheres. “Chega de penas brandas. Precisamos de ações definitivas”.

Mogi das Cruzes 1

A Câmara de Mogi das Cruzes aprovou uma Moção que faz apelo por leis mais rígidas a crimes de violência contra os animais. O documento parlamentar é de autoria da vereadora Fernanda Moreno (MDB), mas foi subscrito pela totalidade de vereadores. A Moção será encaminhada ao Governo Federal.

Mogi das Cruzes 2

A Moção foi motivada por causa do caso do cão comunitário “Orelha”, morto em Florianópolis depois de sofrer violência cometida por menor infrator. A vereadora Fernanda Moreno explicou suas razões. “Foi um ato tão brutal que o Brasil virou notícia no mundo... É horrível a sensação de impunidade.”

Carapicuíba 1

O vice-presidente da Câmara Municipal de Carapicuíba, vereador Zezinho Considerado (MDB) está solicitando ao Executivo a implantação de nove braços de iluminação pública no bairro Cidade Ariston. Os pontos pedidos pelo parlamentar são, entre outros, a Rua Dumont (três braços na Entrada Azaleia).

Carapicuíba 2

Há pedido também sobre a Viela Beco da Madrugada (dois braços), Viela do velório (dois braços) e Viela das Rosas (dois braços). “A solicitação se dá porque a comunidade necessita de iluminação por questões de segurança e mais mobilidade, trazendo, assim, mais dignidade aos munícipes que lá residem”, defende o vereador Considerado.

Estágio CPTM 1

Jovens que passarem pelas estações Brás, Luz e Palmeiras-Barra Funda da CPTM poderão participar da ação realizada em parceria com o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE). Durante a atividade, serão ofertados serviços como cadastramento em vagas de estágio e cursos de aprendizagem.

Estágio CPTM 2

Cada dia, será uma estação diferente. Nesta terça-feira (10), o atendimento será realizado na Estação Brás. Já na quinta-feira (12), a iniciativa chega à Estação da Luz. Por fim, na sexta-feira (13), será a vez da Estação Palmeiras-Barra Funda. Em todos os dias, o cadastramento ocorrerá das 11h às 15h.



A caducidade é uma medida extrema

Aneel reprova 7 de 11 planos da Enel em São Paulo

Agência aponta falhas e multas chegam a R\$ 320,8 milhões

Da Redação

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) reprovou sete dos 11 planos de trabalho apresentados pela Enel São Paulo no âmbito do contrato de concessão. As informações constam em ofício enviado à Advocacia-Geral da União (AGU), que reúne falhas na prestação do serviço e sanções aplicadas à concessionária.

O documento foi encaminhado após determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que a AGU avaliasse as providências adotadas pela empresa diante de problemas recorrentes no fornecimento de energia e analisasse medidas cabíveis.

Em resposta a pedido da AGU, a Aneel apresentou um balanço do desempenho e das penalidades impostas ao longo dos últimos anos. Segundo a agência reguladora, dos 11 planos firmados com a Enel, sete tiveram desempenho considerado insatisfatório e foram reprovados.

No recorte específico sobre a continuidade do fornecimento, a Aneel informa que quatro planos foram pactuados desde 2019. Três deles não cumpriram os limites regulatórios dos indicadores de duração e frequência das interrupções no serviço.

O ofício aponta R\$ 320,8 milhões em multas aplicadas à concessionária. As duas maiores penalidades, relacionadas à qualidade do fornecimento em 2022

e ao apagão provocado por eventos climáticos em novembro de 2023, estão suspensas.

A Aneel afirma que a empresa não respondeu de forma satisfatória às medidas tradicionalmente adotadas no setor para correção das falhas. Em razão disso, foi emitido em outubro de 2024 um Termo de Intimação, etapa prevista na legislação que antecede a abertura de processo de caducidade da concessão da Enel.

Após o termo, a Enel apresentou um Plano de Recuperação com duração de 90 dias, entre novembro de 2024 e janeiro de 2025. A avaliação técnica classificou os resultados como satisfatórios, mas atribuiu o desempenho a ações pontuais e temporárias. Com isso, a área técnica recomendou a ampliação do acompanhamento até março de 2026, para incluir novo período chuvoso.

A Enel contesta o processo. A concessionária protocolou parecer jurídico no qual sustenta que cumpriu integralmente as exigências formuladas pela Aneel e que avaliações da própria fiscalização reconheceram o cumprimento das metas estabelecidas no plano de recuperação.

A diretoria da Aneel discute se é válida a extensão do processo de acompanhamento até março de 2026. A proposta recebeu apoio de parte dos diretores, mas a análise está suspensa desde novembro, com nova avaliação prevista para este mês de fevereiro.